2. Conhecendo esse sujeito político: Mulher Lésbica

Esse capítulo tem por objetivo apresentar os debates que vem surgindo em relação à lesbianidade. O primeiro ponto a ser abordado é o debate em torno da visibilidade, ou seja, o movimento e momento importante da “saída do armário” de homossexuais masculinos e femininos na década de 1970. Em seguida, um breve contexto da década de 1990, na qual a AIDS se afirma como o grande estopim para se falar abertamente de homossexualidade, pois a epidemia trazia uma visibilidade invertida e preconceituosa. Era a figura do homem *gay* que aparecia envolto nos dilemas e lutas, e ao mesmo tempo, despertando o interesse de pesquisadores para a ressignificação da homossexualidade e do papel social do homem *gay*: suas histórias, desafios e organização política.

A relevância do tema é apresentada a partir da apresentação e discussão de pesquisas realizadas ao longo de uma década sobre a homossexualidade. A busca confirma os poucos trabalhos apresentados especificamente sobre o universo lésbico.

A mulher negra lésbica inicia aqui sua apresentação através do olhar das próprias protagonistas, a partir da imagem refletida no espelho. É o olhar delas sobre elas mesmas.

Além disso, ao final do capítulo recupero a história do início da organização das lésbicas, as diossincronias com os movimentos de mulheres e negro, os momentos de embates pouco narrados na história do movimento homossexual como um todo e a organização de eventos como o SENALE, que marca um grande passo do movimento para a luta, atuação e visibilidade das lésbicas e suas demandas específicas.

Esse desabrochar das lésbicas vem contribuindo para trazer à tona suas especificidades e para problematizar os preconceitos e as discriminações que enfrentam no que se refere às questões sociais que as envolvem.

2.1

Saindo dos armários para as pesquisas: a homossexualidade feminina em debate

A homossexualidade é um tema que vem abrindo espaços para discussão e reflexão em algumas áreas científicas. Durante muito tempo, os guetos e os armários se reservaram como os únicos espaços de construção da identidade homossexual. Os armários foram a definição da opressão sofrida por homossexuais no século XX, o que não significa dizer que não havia outros armários para sujeitos distintos, porém a imagem do armário está fortemente correlacionada à homofobia.

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (Sedgwick, 2007, p. 22).

Sendo assim, couberam às “sexualidades periféricas” um aprisionamento que as mantivesse fora das vistas da sociedade, às margens do aceito; imersas em uma invisibilidade que reforçava as suas permanências nos armários e submundos.

Guimarães (2004) aborda esse esconderijo através da ideologia do silêncio, a qual ela denominará de “mito do silêncio”. A autora traz essa discussão ainda na década de 1970, na sua dissertação de mestrado intitulada “O homossexual visto por entendidos”. Sua pesquisa — publicada como livro somente 27 anos após sua apresentação — investiga identidades homossexuais masculinas no Rio de Janeiro durante os anos 1960 e 70, sendo um estudo pioneiro na abordagem dessa temática naquele tempo. Para ela, o “mito do silêncio” acompanha a referência socialmente construída da homossexualidade como sinônimo de anormalidade. Assim, o homossexual visto como um sujeito desviante é condicionado a escamotear sua sexualidade, uma vez que ele vai “contra a natureza” de uma “sexualidade saudável”. Deste tema tratarei mais adiante, quando da discussão sobre a invisibilidade como uma falta de dados e expressão de violência.

Criada pelos norte-americanos, a gíria *come out of the closet* significa “assumir-se” gay ou lésbica. No Brasil, a expressão passou a ser usada no final da década de 1970 traduzida como “sair do armário”. Era o processo de dar visibilidade a identidade sexual e assumi-la para os pais, amigos e sociedade em geral.

“Sair ou não do armário” é um movimento pessoal que exige um ato de coragem, pois significa aceitar as consequências de ser identificada/o como homossexual e as repercussões que isso possa trazer. Por outro lado, foi essa coragem e exposição de alguns homossexuais que abriu caminhos para a organização do movimento homossexual e para saída do obscurantismo.

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às normas de representá-la. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre “assumir-se” ou permanecer “enrustido” (no armário – closet) passa a ser um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade (Louro, 2001, p. 543).

No final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, as práticas sexuais ocuparam um espaço no debate da saúde, visto que a AIDS tornou mais visível a diversidade sexual, as desigualdades de gênero e passou a questionar a heterossexualidade como único modelo de sexualidade. Esse processo foi acompanhado pelo movimento homossexual – uma vez que os gays estavam sendo as maiores vítimas. Se, por um lado, a AIDS trouxe esses sujeitos para a visibilidade e debate, por outro, eles passaram a ser alvo de mais discriminação e preconceito.

Diante dessa efervescência social, o movimento homossexual que até então se configurava como um movimento que levantava uma bandeira mais voltada para as questões sexuais e de afetividade embarcada através do *slogan* “é legal ser homossexual”, a partir da epidemia da AIDS, assume um caráter mais político e organizado. Neste sentido, “a AIDS colaborou bastante para aumentar o que os militantes do movimento homossexual chamavam de ‘visibilidade da homossexualidade’” (Facchini, 2005, p. 172).

A orientação sexual e a escolha afetiva pelo mesmo sexo já ocuparam a esfera religiosa como pecado, a legal como crime e a médica como doença. Somente em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o termo homossexualismo da Classificação Internacional de Doenças (CID), na qual aparecia como distúrbio mental.

Assim, no campo da sexualidade humana, até a primeira metade do século XX, os estudos realizados em torno da homossexualidade eram de cunho médico-biológico e buscavam enfatizar as diferenças anatômicas, a identificação de padrões diagnósticos e questões supostamente genéticas. Posteriormente, a psicologia e a psiquiatria buscaram responder, por muito tempo, a tais questões pelo viés comportamental, através de categorias analíticas e classificatórias como: *perversão, frustração, desvio do desenvolvimento normal*. Esse olhar sobre a homossexualidade marcou também os estudos e pesquisas no campo acadêmico.

A AIDS veio como um grande divisor de águas no que se refere à homossexualidade, no sentido de reconfigurar o papel da/o homossexual na sociedade. Entretanto, as pesquisas no campo acadêmico nesse primeiro momento abordaram a homossexualidade através da tríade sexo-saúde-doença. É possível afirmar que esta epidemia acelerou a expansão dos estudos sobre a homossexualidade no Brasil a partir de 1990, porém este não foi o momento em que se inaugurou o debate:

... como objeto de reflexão acadêmica, a homossexualidade já havia sido abordada em diferentes teses de médicos higienistas desde o século XIX. Tais teses, em termos gerais, buscavam identificar traços comuns aos então chamados pederastas e viragos e salientar a degeneração contida nos corpos de homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (Góis, 2003, p. 7).

Nas décadas de 1970 e 1980, surgiram alguns estudos abordando temas relacionados ao homoerotismo, tais como os de Daniel & Baudry (1973); Fry (1982); MaCrae (1985); Mott (1987) e Portinari (1989), entre outros. Alguns desses autores naquele momento assumiram a sua condição de homossexual e alguns /mas ativistas também e, com isso, enriqueceram os estudos em torno da homossexualidade. As reflexões que até então abordavam a questão de forma higienista, e de causa e efeito, foram abandonadas por aquele grupo e os sujeitos desta história — os homossexuais — principiaram “uma reflexão sobre a construção social dos significados associados a ela e das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira” (Góis, 2003, p. 7).

Os estudos daquela fase mantinham características advindas da área da sociologia, da antropologia e da psicologia em decorrência das formações teórico-metodológicas de seus autores. Mais recentemente, a literatura e as artes passaram a compor o quadro de reflexões em torno da homocultura.

Facchini & Simões (2009) destacam que a homossexualidade masculina é um tema de pesquisa significativa nas ciências sociais brasileiras desde o final dos anos 1970, ao passo que estudos sobre lésbicas, travestis e transexuais são mais recentes e, do ponto de vista das formas de associação política, ainda em número bastante reduzido. Estes autores afirmam que a entrada das demandas da lesbianidade, através do movimento de lésbicas, na agenda pública cresceu e ganhou autonomia somente na segunda metade dos anos de 1990, visto que tais demandas tem um histórico marcado pelo comprometimento pessoal de gestores, especialmente do Programa Nacional de Prevenção às DST/AIDS. Desse modo, a partir da consideração de que é breve a histórica do movimento de lésbicas autônomo no Brasil, observamos que são escassos os estudos que se voltam para a figura das lésbicas sujeito social.

É relevante evidenciar um elemento importante nesse debate: o movimento homossexual se constituiu inserindo as questões de gays e lésbicas frente a repressão sexual sofrida nas ruas e bares. Uma vez institucionalizado aquele movimento, as demandas se voltaram mais para o segmento masculino, o que colocava as lésbicas em situação de “desvantagem realtiva”, causando assim insatisfação das mulheres ligadas ao movimento.

... O sentimento de que as lésbicas deviam formar agrupamentos independentes, que lhes possibilitassem escapar do predomínio masculino nos grupos homossexuais, já se manifestara desde a formação das *Daughters of Bilitis*¹², no começo dos anos 1950 (Facchini & Simões, 2009, p. 48).

Cabe ressaltar que os primeiros pesquisadores a discutirem as questões da homossexualidade saem de dois movimentos importantes: o movimento homossexual e o movimento feminista, mas “tais relações, apesar dos elementos comuns às agendas de ambos os movimentos, têm uma história marcada por confrontos nem sempre amigáveis, com traços de homofobia e machismo” (Gois, 2003, p. 11).

Com o objetivo de conferir maior substância a estas reflexões, bem como permitir conhecer quais produções acadêmicas foram produzidas ao longo das últimas duas décadas, principiei este estudo com um levantamento de dissertações e teses publicadas no banco da CAPES/CNPq no período compreendido entre os anos de 1988 e 2009.

¹² Primeira organização de defesa dos direitos das lésbicas formada em São Francisco, Estados Unidos.

Esta pesquisa exploratória, realizada ao final de 2009, foi concentrada nas áreas das ciências humanas, sociais, jurídicas, arte e saúde coletiva e foram utilizadas como palavras-chave para a busca *on-line* dos títulos os seguintes argumentos: 1) orientação sexual; 2) lesbianidade/lesbianismo, e 3) homossexualidade. Em seguida, uma nova busca foi feita apenas para produções acadêmicas no campo do Serviço Social¹³, onde foi possível encontrar pesquisas sobre o tema em 25 programas de pós graduação concentradas nessa área.

Como resultado encontrei que, dos 161 estudos científicos identificados, entre teses e dissertações (Ver Anexo I – Teses e Dissertações, p. 131), apenas 27 (cerca de 17% do total) abordam o tema da homossexualidade feminina, dentre os quais irrisórios dois (*sic*) trabalhos (pouco mais de 1,2%) utilizam a categoria gays e lésbicas.

Nas décadas de 1990 e 2000, houve uma crescente produção no campo da psicologia com 43 pesquisas realizadas (cerca de 27% do total produzido), sendo 12 (pouco menos que 28% desta produção) sobre o universo das lésbicas. Podemos notar que tais pesquisas iniciam-se com uma abordagem voltada para o reconhecimento dessa identidade homossexual em meados dos anos 1980 e nas décadas seguintes os temas da AIDS, preconceito e relações familiares constroem a pauta dos estudos acadêmicos no campo da psicologia.

Nas ciências sociais, particularmente nas áreas da sociologia e antropologia, desde o início dos anos de 1990, os estudos avançaram sobre a representação do homossexual na sociedade e no cotidiano homoerótico, assim como em outras identidades e orientações sexuais: travestis, transexuais e bissexuais. Acompanhando as identidades sexuais, performances, travessias e fronteiras das sexualidades, a *teoria queer*¹⁴ surge nesse período rompendo e problematizando rótulos pré-definidos. Dos 36 trabalhos identificados nestes campos (pouco mais do que 22% de toda a produção registrada na CAPES), apenas oito (menos de um quarto da produção das ciências sociais) tratam da questão lésbica a partir do princípio da década de 1990.

Nas demais áreas, a temática lésbica apresenta semelhante quadro de incipiência. Direito; educação; comunicação e saúde coletiva, por exemplo, registraram apenas 13 (oito por cento); oito (menos de cinco por cento); 11

¹³ www.assistentesocial.com.br. Acessado em 14.04.2010.

¹⁴ A teoria *Queer*, decorrente da reflexão proposta por Judith Butler, afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero são resultado de construções sociais, desessencializando estas identidades.

(menos de sete por cento), e nove (pouco mais de cinco por cento) pesquisas sobre homossexualidade, respectivamente. Neste contexto, apenas a saúde coletiva tratou da homossexualidade feminina, em uma única tese de doutorado apresentada em 2005.

A partir dos anos 2000, os estudos sobre a homossexualidade conquistaram mais espaços nas universidades, principalmente nas teses e dissertações, através de temas, tais como: *bullying* homofóbico¹⁵ na escola; homoparentalidade; novas reconfigurações familiares, e direitos sexuais e reprodutivos. É importante ressaltar que estes temas se colocaram para os programas de pós graduação, principalmente, pelas mãos de pesquisadores/as, militantes ou simpatizantes políticos.

No que se refere ao serviço social, é muito recente a produção acadêmica que aborda a homossexualidade. Apenas a partir de 2003 algumas dissertações e teses começaram a abordar esta temática. Desde então, até 2008, verificamos que apenas sete pesquisas foram completadas, correspondendo a uma contribuição de pouco mais do que quatro por cento para a produção nacional de conhecimento sobre o tema. Dentre estes estudos, registra-se apenas um que trata especificamente das organizações lésbicas no Rio de Janeiro e outro que utiliza como recorte geográfico de análise o município de São João de Meriti, localizado na Baixada Fluminense (RJ).

Em uma entrevista à *Universia* — maior rede iberoamericana de colaboração universitária — o antropólogo Luiz Mott discorre sobre essa (quase) ausência de estudos em torno da homossexualidade na formação de estudantes de graduação e pós-graduação no Brasil. Ele lamenta ao dizer que

embora algumas universidades atuem desenvolvendo programas, pesquisas e projetos especiais com o objetivo de difundir os direitos dos homossexuais e combater a perseguição contra eles o cenário ainda está longe do ideal. É crescente o número de trabalhos nesta linha, mas ainda assim o movimento dentro das instituições é incipiente.¹⁶

Segundo Mott, mesmo abrigando a maior Parada Gay do mundo — evento realizado anualmente na cidade de São Paulo —, o Brasil é um país extremamente homofóbico e está deveras atrasado em relação a outras nações na luta pela inclusão dos homossexuais. Isso se reflete nas instituições de ensino superior, já que ainda é baixo o número de iniciativas para diminuir o

¹⁵ Perseguição e agressão repetidas contra uma pessoa pelo fato dela ser homossexual.

¹⁶ Entrevista publicada no site www.universia.com.br/gestor/materia em 31/03/2006. Acesso em 11/12/2010.

preconceito em relação à diversidade sexual e de projetos de conscientização dos jovens sobre o tema dentro delas. O antropólogo conta que nos Estados Unidos as universidades possuem grupos acadêmicos de estudos homoeróticos, em diversas áreas, as publicações sobre os temas são muito importantes e existem *websites* que dão acesso a este tipo de bibliografia. Afirma ainda que as instituições norte-americanas oferecem um amplo leque de opções de áreas de pesquisa e cursos de especialização que tratam da homossexualidade. Igualmente elas ofertam cursos com temáticas voltada para homossexuais, tanto na graduação como na pós graduação, além de terem instituído um mês específico de estudos gays e lésbicos.

Essa ausência de diálogo da academia com a homossexualidade e demais temas relacionados à diversidade sexual e de gênero também é percebida por Góis (2003). Tratando de entender as razões para este distanciamento, Góis tem como primeira hipótese as dificuldades de difusão dos debates sobre gênero nos meios acadêmicos brasileiros. Neste sentido, reconhece que, apesar do desenvolvimento de núcleos de estudos e do crescente número de trabalhos publicados ligados a essa temática, ainda são grandes as dificuldades de fazer com que esse conceito/perspectiva analítica se expanda para além de grupos relativamente restritos de estudiosos. Conseqüentemente, a presença do debate sobre gênero nos diversos cursos acadêmicos é, quando muito, episódica e resultante mais do esforço individual de pesquisadores e menos de uma incorporação orgânica da questão ao processo formativo de diferentes profissionais.

O autor aponta, também, para esta ausência nos periódicos e publicações de anais de eventos feministas. Nos dois principais periódicos feministas brasileiros — **Cadernos Pagu** (do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP) e **Revista de Estudos Feministas** (da Universidade Federal de Santa Catarina) — os artigos referentes à homossexualidade feminina ocupam representações, periféricas. Tratando de compreender esta realidade, o autor especula sobre três aspectos: 1) essa ausência pode significar a vigência da homofobia; 2) a baixa frequência de artigos sobre o homoerotismo pode, simplesmente, indicar que o material sobre o tema não é submetido aos comitês editoriais das revistas feministas, por razões a serem entendidas e, neste contexto, 3) despertariam estas revistas, por serem denominadas feministas, pouca atenção da(o)s estudiosa(o)s sobre homoerotismo que em grande medida, tornam-se estudos sobre homens? Este é, definitivamente, um assunto a ser pesquisado.

A este respeito, cabe lembrar que as relações entre feminismo e lesbianidade apresentam, historicamente, grandes tensões. Poderíamos, assim, pensar que nos estudos feministas, de modo geral, a agenda política da mulher lésbica ainda é catalizadora da tensão conceitual entre as categorias gênero e sexo. Em “Feminismo e lesbianismo”, Swain aponta que:

... o lesbianismo aparece no movimento feminista como a radicalização extrema na recusa de um mundo patriarcal, propondo o separatismo na vida social, a criação de espaços de onde os valores masculinos seriam extirpados, uma utopia moderna onde a violência e o poder não teriam lugar de existência ou expansão (Swain, 1999, p.109).

Em levantamento realizado nas ciências sociais brasileiras até 2002, Heilborn (2009) cita a investigação feita por Maria Teresa Citeli (2005), na qual assinala que, no conjunto de 60 trabalhos sobre sexualidade por ela examinados, abrangendo aspectos concernentes às identidades feminina e masculina, orientação sexual e pertencimento étnico, somente dois artigos se debruçaram sobre o universo lésbico. Este número representa minguados quatro por cento, uma razão bastante inferior aos 17% que encontrei na pesquisa exploratória que realizei no banco da CAPES em 2009, o que parece indicar que de 2002 em diante este tema tem conquistado mais espaço na pesquisa científica brasileira.

Situação semelhante pode ser percebida através da análise dos textos publicados em anais de eventos realizados com o eixo “gênero”, nos quais se reconhece um destaque heteronormativo, tendo em vista o grande número de pesquisas voltadas para a mulher heterossexual e, na maioria das vezes, branca. Esta avaliação vem sendo conduzida por Góis (2003); Almeida (2008) e Vinagre (2010), que apontam para a inclinação, ora gradativa, ora oscilante, desses debates.

No âmbito do Primeiro Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), realizado em 2002, dos 36 trabalhos apresentados, apenas cinco mencionam a categoria “gênero”, ou a utilizam como perspectiva analítica. Além desta incerta relação entre campos de estudo, Góis aponta para a escassez da sua interseccionalidade com a questão racial: “No I Congresso da ABEH, verifica-se que ali somente dois [trabalhos apresentados] referiam-se a lésbicas, um a *drag queens*, e um a travestis. A questão da raça, pela exceção de um dos trabalhos, é virtualmente ignorada” (Góis, 2003, p.13)

Assim como os estudos feministas e de gênero ainda estão centrados nas mulheres brancas e heterossexuais, também os novos estudos gays e lésbicos estão longe do exame da diversidade dos subgrupos incluídos tradicionalmente sob a rubrica “homossexual”. Na verdade, a atenção desses estudos tem se dirigido predominantemente aos homossexuais do sexo masculino, também brancos ou sem cor, possivelmente por estarem sendo construídos também por homens em sua maioria brancos, como sustenta Góis (2003).

No debate feito por Almeida (2008), através de uma busca documental realizada a partir dos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) nos anos de 2001 e 2004, o autor destaca que somente no décimo encontro o eixo “Gênero/raça, etnia e sexualidade” foi incluído. Dos 15 eixos elencados, menos de 15% traziam pesquisas sobre questões ligadas à sexualidade. É certo que a categoria sexualidade é ampla e cabe a ela inúmeras abordagens sobre a temática. Deste modo, o eixo ao ser generalizado se desloca a uma intencionalidade de temas variantes, no qual a sexualidade não heteronormativa se diluí em meio às relações de poder entre questões concebidas como “normais” frente a uma sexualidade “saudável” e as outras. Neste sentido, os resultados encontrados a partir da pesquisa de Almeida (2008, p. 158) revelam que:

É possível observar igualmente que o número mais expressivo de trabalhos sobre sexualidade, refere-se ao tema dos direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, Programa de Saúde da Família e aleitamento) (...) quanto à orientação sexual, fizeram parte do X CBAS, apenas 5 (cinco) trabalhos circunscritos ao eixo “etnia, gênero e orientação sexual”.

No XI CBAS, realizado em 2004, o aumento foi de apenas dois trabalhos. Vinagre (2010) retoma essa discussão, apontando que na década de 1990, nos seis anais dos CBAS publicados, o tema da diversidade sexual não esteve incorporado ao debate. Em 1985, no VIII CBAS, aparece pela primeira vez o tema da diversidade sexual através do trabalho “Em cena: O travesti de Mossoró”.

Em 2010, no XIII CBAS, foram submetidos para análise 1.351 trabalhos, sendo 1.085 para apresentação em forma de comunicação oral e 266 para apresentação em forma de pôster. Desses, foram aceitos 914 para apresentação oral (84,2% dos trabalhos enviados) e 218 para apresentação em forma de pôster (81,9% dos trabalhos propostos).

Dos 74 trabalhos selecionados para apresentação oral no eixo “Raça, Gênero, Etnia e Orientação Sexual” foram apresentados apenas dez (menos de 14%) com produções sobre diversidade sexual e, dentre estes, apenas um (pouco mais de 1,3% de toda a produção apresentada) fazendo menção a lésbica. Dos 11 pôsteres apresentados no mesmo eixo, somente um (menos de dez por cento) tratava da questão da orientação sexual na formação acadêmica.

É importante notar que, mesmo a baixa produção de trabalhos em relação a outras temáticas no mesmo eixo, houve um aumento em relação aos CBAS anteriores, como evidenciam as pesquisas de Almeida e Vinagre (2010). Percebemos com isso que, mesmo num eixo temático o gênero se separa da orientação sexual, o número expressivo de pesquisas sobre violência, Trabalho feminino, Lei Maria da Penha, saúde sexual entre outras, denota que a lógica da heterossexualização feminina se fundamenta nesses debates. Cabe aqui acrescentar que as demandas das lésbicas são invisíveis mesmo sendo demandas pertinentes a todas as mulheres.

Portanto, é a partir da (quase) ausência de pesquisas que visibilizam esse sujeito coletivo que busquei traduzir parte desse universo ainda bastante desconhecido e ignorado. Este trabalho espera contribuir para este debate apresentando os retratos de quatro mulheres lésbicas ativistas refletidos através de suas histórias. Histórias essas que são familiares a muitas outras que ainda se encontram no anonimato social.

2.2

O que eu vejo no espelho?

É preciso olhar pra trás para ir pra frente. Porque atrás de nós tem um espelho e é nele que está nossa cara verdadeira. Nosso espelho é um espelho de Rainhas. Rainhas-Mães, Rainhas Guerreiras. Candaces. Somos herdeiras dessas Rainhas, temos a fala de nossos ancestrais (Companhia dos Comuns, **Candaces** - A Reconstrução do Fogo, 2003).

O espelho é um objeto que traduz em cada cultura um significado diferente. Desde os primórdios, o ato de se observar através de um reflexo faz parte do cotidiano da experiência humana. Segundo o dicionário Aurélio (2001),

espelho significa: 1) superfície refletora de raios luminosos; 2) objeto que serve para refletir as imagens das pessoas e coisas; 3) modelo, exemplo. No latim, da palavra *speculum* originou o termo “especular” que, na Antiguidade, significava observar “o céu e os movimentos das estrelas, com o auxílio de um espelho” (Chevalier & Gheerbrant *apud* Silva 1992, p. 393).

Para alguns povos africanos como, por exemplo, aqueles que guardam características do grupo Bantu, as imagens refletidas nas águas e espelhos simbolizavam sua *anima*, ou seja, sua alma, seu espírito. Para outros povos, o espelho estava ligado à espiritualidade e à religiosidade. Em outras culturas africanas, o espelho traduzia a cisão entre o corpo e a alma. Para esses povos, o espelho era motivo de temor, pois eles acreditavam que o reflexo de sua imagem separaria o corpo da alma e a levaria para um outro mundo.

A representação do espelho, além de simbolizar o místico, serviu como estratégia de sedução e persuasão dos colonizadores africanos. Neste sentido, Silva (2009, p.23) esclarece que:

O espelho foi objeto de barganha dos colonizadores europeus nos continentes americano e africano, tendo atraído os nativos por devolver aos seus observadores imagens que, antes, só poderiam ser vistas nos espelhos d’água. Em algumas sociedades africanas, os objetos especulares aparecem ligados à natureza. Relatos sobre a tradição bambara, oriunda da região oeste da África descrevem ocorrências de rituais para a evocação de chuva com fragmentos de espelhos.

Na cultura ocidental, o espelho é um objeto sempre presente em diversas situações do cotidiano e do imaginário. Encontramos também o simbolismo do espelho nas histórias mitológicas como a de Narciso — o jovem que procura ver sua imagem através do reflexo das águas — a autocontemplação e o pensamento sobre si mesmo. No conto infantil “Branca de Neve” (Grimm, 1812), o espelho é o símbolo de constante indagação sobre verdades e temores da condição humana. É através do espelho que a protagonista do livro “Alice no país das maravilhas” (Carol, 1865) é levada e revelada a um outro mundo, diferente do seu habitual. A deusa Nagô *Oxum* também faz do seu espelho um instrumento de defesa frente a armadilha de outra mulher poderosa: *Yansã*. Há ainda, a percepção poética que homologa espelho e humanidade: gente: espelho da vida, doce mistério”¹⁷.

¹⁷ Caetano Veloso. “Gente”, **Bicho**, 1977.

Buscando compreender o processo de construção da identidade das entrevistadas, o desabrochar da mulher negra, o lugar de onde vinham essas falas, fiz do espelho um elemento co-participativo para revelar e desvendar outros olhares. As entrevistadas expressavam que olhar tinha sobre si mesma.

Essa dinâmica exigiu mais que um exercício de escuta. Foi preciso observar cuidadosamente a reação de cada uma diante do espelho, a entonação da voz, as expressões faciais e corporais que iam se moldando a cada frase pronunciada, as pausas dadas, o conforto ou desconforto que por ventura pudessem ocorrer.

O ato de se olhar no espelho pode traduzir um encontro entre o sujeito e a imagem real de quem se reflete ou reconstruir uma fala que não seja verdadeira, porém desejada diante da imagem que se vê. Quero com isso dizer que o fato de olhar-se no espelho pode afirmar verdadeiramente a relação do ver e sentir ou os significados não corresponderem à realidade. Neste caso, o olhar dessas mulheres sobre si mesmas nos ajudaria a ir um pouco além e pensar no olhar social depositado sobre mulheres negras lésbicas e as resistências e enfrentamentos que mulheres socialmente discriminadas vivem no seu cotidiano.

Dandalunda, Neusa de Xangô, Ilmar e Azaracá se reconheceram com uma intimidade a quem o espelho não ofereceu respostas prontas. Foi preciso ver muitos outros espelhos para decifrar a real imagem de descoberta.

O espelho chega às mãos de Dandalunda...

À medida que fala, seu rosto vai tomando novas formas de afirmação. Ela não pisca. Suas mãos sem tremer seguram o espelho e ela vê diante de si a mulher de quem fala. Por fim, se nomeia. Busca na matriz afroreligiosa o seu codinome: *Dandalunda*. Pergunto o que significa, e ela me diz com orgulho que é uma qualidade de *Oxum*, seu orixá e fala que é uma mulher forte, guerreira e bonita. Assim se revela:

Eu vejo uma negra bonita, bem interessante, sorriso bem bonito (...) Alguém que ganhou uma autoconfiança muito grande no ser, no atuar, no ter, no falar, no se expor... Então eu gostaria que você me visse essa pessoa. Hoje eu sou eu mesma... eu diria uma mulher guerreira, uma mulher forte e sem medos. Aprendi a ter respeito pelo não conhecido e audácia naquilo que eu já conheço (Dandalunda, 09/09/2010).

A fala de Dandalunda sintetiza o desafio de construir uma autoimagem positiva da mulher negra numa sociedade que a exclui: “tarefa difícil, mas não impossível. Tarefa que não apaga a força e a dignidade dessas mulheres” (Silva,

1998, p. 12). Os sentimentos vividos por Dandalunda expressam as vivências da mulher negra brasileira, inserida em uma cultura que distancia beleza e negritude:

Vemos em nossa cultura, cotidianamente, a mulher negra ser descaracterizada de modo a sentir-se sem apoio interno e insegura: insegura no tocante a sua beleza, feminilidade, inteligência. Desde pequenas, são levadas à construção de uma imagem negativa de si mesmas reforçadas pelos mesmos contos de fadas, nos quais desfilam, em livrinhos coloridos, princesas brancas e loiras com seus príncipes encantados (Santos, 2004, p. 43).

A frase “hoje eu sou eu mesma”, dita por Dandalunda, reflete o processo de autoafirmação e auto-reconhecimento que os sujeitos pertencentes a categorias que experimentam desvantagens em relação ao ideário hegemônico, quando possível, ultrapassam: as barreiras da submissão e da negação. O ato de falar e se expor justifica essa afirmativa.

O espelho encontra Neusa...

Para ela, o objeto já é familiar nas dinâmicas que realiza junto à população feminina com quem trabalha. Ajeita-se, senta-se à vontade, pega o espelho e à medida que olha, as palavras vão criando um movimento interrupto. Sua voz firme e seus olhos sempre atentos a tudo o que acontece ao seu redor. Neusa, seu nome de batismo. É assim que gosta e deseja ser mesmo reconhecida nesta pesquisa. Acrescenta “Filha de Xangô”, seu Orixá. Confirma desse modo, sua característica altiva, decidida, forte, corpo e estrutura óssea bem desenvolvida e muita energia e autoestima. O espelho de Neusa filha de Xangô retrata:

Uma mulher na terceira idade que não se vê na terceira idade. Que vê um passado e um presente bastante grande, porque eu quero ir até os 100... Eu sou uma mulher pioneira, que às vezes gosta de lançar conceitos pioneiros na sociedade, que gosta sempre de estar inovando, embora a idade venha... as idéias sempre vem: refrescantes e novas. É essa mulher que eu me vejo. Mulher que gosta de lançar novos olhares, novos desafios sobre velhas questões (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

Na história da África encontramos as “Candaces”, termo usado pelos Gregos e Romanos para designar rainhas núbias. Mulheres fortes e destemidas que subverteram a lógica da dominação muito comum às mulheres da Antiguidade. Assumo que Santos (2004) interpretaria Neusa utilizando a imagem das Candaces: guerreiras africanas que eram capazes de enfrentar todos os problemas na luta por sua sobrevivência e de seus filhos. Estão em territórios

cuja matrilinearidade é forte. São mulheres que comandam destemidas os seu destino.

O espelho segue mais adiante e se depara com Ilnar...

É chegado um momento em que talvez o espelho já não precisa mais ficar nas mãos. A imagem que ali se revela conta por si só todos os percursos trilhados, todas as histórias vividas. Ilnar é a única que se nomeia sem uma referência de matriz religiosa. É na experiência de vida da mãe, mulher guerreira, empregada doméstica que ela se inspira. Mãe e avó, como símbolo dessa representação de mulher negra guerreira. Elas são mãe e pai num mesmo movimento. Ilnar desde cedo aprende que se “aproximar dos territórios do feminino exige a travessia dos territórios do masculino” (Oliveira, 1999, p. 11).

Eu vejo aqui uma mulher lésbica e negra. Idosa, porque já tenho 63 anos e assim me assumo... Uma mulher batalhadora e sempre vivi pela minha força de trabalho. Me considero feliz, contemplada com a vida que eu escolhi e com a vida que eu não escolhi. Sou muito bem casada, muito bem amada, enfim, uma mulher completa (Ilnar, 25/10/2010).

Ao destacar a sua lesbianidade, Ilnar valoriza sua travessia, que assumiu fazer ao buscar uma sexualidade fora dos padrões instituídos e romper com o imaginário da hipersexualização¹⁸ imposta para a mulher negra.

Por fim, o espelho repousa nas mãos de Azaracá....

Em suas mãos, o espelho também fica pouco. Dá uma olhada rápida e revela um cansaço de um dia movimentado. Seu corpo forte esconde por alguns instantes a voz macia, baixa ao falar. Vivendo um momento de releitura da vida mediante uma militância diária. Azaracá se identifica com o nome que recebeu quando se iniciou no Candomblé: “a que muda como o tempo”. Ela questiona: “eu não quero que seja **como** o tempo, não... quero que seja **com** o tempo” (Azaracá, 25/10/2010).

Uma mulher extremamente cansada, com excesso de peso, porque priorizei mais a militância que minha vida. Estou revendo tudo isso. Mas sei que sou negra, que sou lésbica, sei que sou ativista (Azaracá, 25/10/2010).

O espelho, mais do que o lugar da imagem refletida, é o lugar da própria observação. As imagens percebidas individualmente por estas quatro mulheres remetem a um processo de contar suas histórias de mulheres negras lésbicas

¹⁸ No imaginário brasileiro foi elaborado o mito sexual em torno das mulheres negras. Seriam elas descritas como mais eróticas, mais intensas sexualmente e voluptuosas.

pelos espelhos do feminismo, do movimento homossexual, do racismo, do machismo e de exílios da solidão, da estranheza, da lucidez e do preconceito que tiveram que enfrentar.

2.3

O Movimento LGBT e a militância: a hora e a vez das lésbicas!

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...

(Geraldo Vandré, **Pra dizer que não falei das flores**, 1968)

O movimento homossexual surge no final dos anos de 1970 no Brasil, definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade. Segundo Facchini (2009), desde os anos de 1950 ou até mesmo antes já acontecia nas grandes cidades formas de sociabilidade, diversão, encontros, principalmente de homens, que promoviam “eventos de miss”, *shows* de travestis e desfiles de fantasias.

Embora, no Brasil, a sodomia tenha deixado de fazer parte do Código Penal desde 1830, havia uma vigilância e uma proibição legal ao travestismo que era identificado como “uso em público de trajes impróprios para disfarçar o sexo com intenção de enganar” (Facchini, 2009, p. 54). As leis contra perturbação da ordem pública, vadiagem e prática de atos obscenos davam espaço à repressão policial que atingia, sobretudo os mais pobres e os de pele mais escura.

Antes mesmo da repressão incisiva nos chamados “anos de chumbo”, período de 1950 e 1960, no Rio de Janeiro a perseguição aos homossexuais já era constante. O delegado Raimundo Padilha encabeçava as investidas de prisão de homossexuais destinadas a “limpar” o Centro e a Zona Sul da cidade. Nas palavras de Green (2000, p.266):

Batidas policiais em áreas do centro onde os homossexuais se concentravam eram lugar-comum. Em geral, os presos eram mantidos sob a alegação de

vadiagem, caso não pudessem provar que tinham emprego remunerado. Os que realmente trabalhavam muitas vezes tinham que subornar o policial para serem liberados sem maiores complicações. A possibilidade de que a polícia contasse a família do indivíduo apanhado numa dessas áreas já era ameaça suficiente para habilitar os policiais a extorquir uma pequena quantia dos detidos.

Na outra grande metrópole — São Paulo — era o delegado José Wilson Richetti que se tornou famoso na década de 1970 por suas violentas investidas contra os militantes da chamada “boca-do-lixo”. Segundo ele, era preciso tirar das ruas os pederastas (termo utilizado naquele contexto como sinônimo homossexuais), maconheiros e prostitutas. Afirmava sua atitude na preocupação com a lassidão dos costumes e declarava-se agindo em nome da lei. “Numa afirmação da prioridade da ronda policial, nos bares do Centro da cidade os investigadores chegavam gritando que quem fosse viado podia ir entrando no camburão” (Araújo, 2002, p. 147).

A socióloga Gabriela Silva Leite, que atuava como prostituta nas ruas de São Paulo naquele período, relatou que uma sessão de tortura, sob a ordem e a supervisão do delegado Richetti, resultou na morte de dois travestis e de uma mulher grávida. Essa ação ficou conhecida como “Operação Limpeza”.

Facchini & Simões (2009) relatam que muitos homossexuais — provavelmente os mais pobres — passavam das mãos da polícia para as dos médicos legistas de instituições como, por exemplo, o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo. Eles eram considerados como “delinquentes homossexuais”. A homossexualidade era descrita ainda como anomalia associada a perturbações congênicas de ordem física e mental, frequentemente atribuídas aos descendentes de africanos. A partir dessas considerações, podemos compreender como o fator raça, classe e homossexualidade implicaram de modo mais abrangente nos estigmas e nos meandros desse debate.

No caso das mulheres, pouco se sabe ou se tem registros sobre repressões diretamente sofridas. Talvez, pelo fator de que práticas homossexuais masculinas fosse um fenômeno altamente predominante, como explica Facchini (2009). Podemos conceber outra justificativa também pelo viés do público e do privado. Se o homem é o sujeito em evidência na sociedade, sua sexualidade passaria do mesmo modo a ser evidenciada, expondo sua virilidade ou a “falta” dela. Nas mulheres, a sexualidade foi sempre tratada como algo íntimo e pertencente ao universo privado, como a própria condição feminina,

uma possibilidade é que as repressões também permaneciam nesse “mundo particular”.

Um dos casos raros de homossexualidade feminina, e negra, registrado pelos médicos brasileiros é o estudo do psiquiatra paulista Antônio Carlos Pacheco e Silva (Green, 2000), sobre o caso E.R. Neste estudo, a mulher em questão é descrita como negra, que assume identidade masculina agressiva e busca parceiras femininas, tendo preferência por mulheres brancas. Embora não fosse acusada de nenhum crime, E.R. foi tratada como “doente”, seguindo a associação convencional entre características raciais e propensão à perversão sexual.

De acordo com os enfoques predominantes no âmbito da história das mulheres e das relações de gênero, as situações que as teriam conduzido aos hospícios, vinculavam-se, sobretudo, à esfera de uma suposta natureza feminina, onde sobressaíam os aspectos de sua sexualidade (...) Os “distúrbios mentais” eram designados aos homens que se recusavam a cumprir seus papéis sociais. (Engel, 2008, p.174).

A homossexualidade feminina também aparece nas crônicas coloniais, segundo Mott (1994). O autor cita Francisca Luiz, a primeira lésbica a ser degredada para o Brasil ao declarar em alto e bom som: “quero mais a um cono (vagina) que quantos caralhos há!”

Sabemos que a homossexualidade feminina está mantida no silêncio. Quando não, a ela se insinua o pejorativo lugar de “invertida”, tentando assumir, “frustrantemente”, o lugar de poder ao homem reservado. A partir de alguns relatos e reportagens reproduzidas em **O lesbianismo no Brasil** (Mott, 1987), é possível perceber como a homossexualidade feminina esteve exposta nos noticiários, nas revistas, nos programas de televisão. Não são poucas as vezes que hoje os jornais mais populares, revistas de fofocas e programas de televisão, que buscam conquistar audiência, fazem relações homoafetivas entre mulheres conhecidas na mídia, motivo debates polêmicos durante semanas nas manchetes da mídia impressa ou internet.

Temos os exemplos de “confinadas” de *reality shows* e, mais recentemente, a notícia do enlace homoafetivo de Thamy — filha da cantora Gretchen, símbolo sexual feminino na década de 1980. Esta notícia ocupou *blogs* e outras redes sociais na internet por semanas, através de discussões polêmicas, e homofóbicas, travadas entre distintos públicos, portadores de visões conflitantes sobre a união das duas mulheres.

É interessante destacar que, a discussão gerada não polemizou a parceira de Thamy, que durante o cerimonial se vestiu de noiva e assumiu um “papel feminino” bem demarcado, mas sim a própria, que assumiu uma performance de gênero masculino e se trajou com roupas do sexo oposto.

Ao se tratar de lésbicas, notícias como essa e outras mostram a homossexualidade feminina pelo viés distorcido do sexo, quando na verdade, as mulheres lésbicas vêm se organizando politicamente desde o final dos anos de 1970 pelo viés do gênero.

No ano de 1979, aconteceu no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro de Homossexuais Militantes, do qual participaram 61 participantes, entre eles 11 lésbicas. Foi através do Grupo Somos, de São Paulo, que em 1980 o primeiro grupo de afirmação homossexual do país — o Movimento Lésbico-Feminista — começou a marcar a sua presença e a exigir que suas demandas também fossem contempladas na agenda homossexual, uma vez que a questão da homossexualidade era tratada sem distinções entre homens e mulheres. Por motivos políticos e alternância de lideranças, o MLF mudou de nome e passou a se chamar Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e depois Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF). Marisa Fernandes, ativista e uma das fundadoras do GLF¹⁹ conta que “a constituição do LF foi uma resposta ao machismo e ao patriarcado presentes no movimento gay “ (Mesquita, 2010, s.n.).

De acordo com Mott (1987) e Facchini (2005), foi a partir das reuniões para a elaboração de uma matéria sobre lesbianismo para o jornal **Lampião da Esquina** que algumas lésbicas começaram a perceber que a opressão sofrida por elas era específica, e só poderia ser compreendida a partir do contexto das mulheres, e não mais como parte da repressão aos homossexuais. Em 1979, a ausência de temas ligados à homossexualidade feminina rendeu uma nota dos redatores do jornal:

A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais (Jornal Lampião da Esquina, 1979, p.5).

19 Marylucia Mesquita, “Histórico do Movimento Lésbico no Brasil”, **Revista Lábia do GALF** - Grupo de Activistas Lesbianas Feministas Tercera Época. No. 18, Lima, diciembre 2004. Site: <http://www.galf.org/>. Acesso em 17.12.2010

Naquele mesmo ano, o **Lampião** cobriu o Encontro Nacional de Mulheres, realizado de 8 a 11 de março no auditório da Faculdade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Este encontro tinha por tema a “Situação da Mulher na Sociedade Brasileira”. O encontro foi marcado por diferentes discursos e polêmicas, principalmente ao abordar questões sobre a libertação do corpo e sexualidade. O debate se deu em torno mais fortemente da questão das creches — uma demanda emergente das mulheres à época, em decorrência da maior presença feminina no mercado de trabalho e marcador de fronteiras entre o feminismo branco e negro —; da livre contracepção decidida pelas mulheres; da equiparação salarial entre mulheres e homens desempenhando as mesmas funções. A socióloga Lélia González tentou abrir o escopo proposto como pauta da reunião e discursou a partir da questão racial, causando reação de setores de mulheres que se manifestaram avessos a esse debate. Algumas defendiam que não era possível separar negros de brancos, ou seja, não haveria relevância nesse tema. Outras questões, tais como: prostituição e lesbianismo, naturalmente, não foram discutidas, apesar de haver mulheres profissionais do sexo e lésbicas presentes nas mesas de debate.

Na década de 70, o movimento feminista tendia a ver o sexo mais como uma característica biológica, em cima da qual se dava as reproduções da mão-de-obra e do poder masculino. A grande inovação do movimento homossexual foi questionar esse biologismo reprodutor, mostrando aspectos da sexualidade diretamente ligados ao prazer (Micóllis, 1983, p. 76).

Toda essa reconfiguração no movimento homossexual, a partir da cisão das lésbicas com o feminismo estabelecido, contribuiu para que elas desenvolvessem suas próprias reflexões numa perspectiva feminista. Foi possível identificar o sexismo e o predomínio político dos gays dentro do movimento, expressos também na utilização de termos pejorativos como “rachas” ou “rachadas” para defini-las. Embora o movimento LGBT hoje agregue múltiplas identidades contidas nessa “sopa de letrinhas”, Neusa de Xangô pontua a forte demarcação do masculino no movimento como um todo:

... o movimento LGBT entrou nessa dicotomia do masculino e feminino e isso é muito ruim. Por quê? Quem são os masculinos? Os gays. Quem são os femininos? As lésbicas, as bissexuais, as transexuais, as travestis, as *drag queens*... Aí quando você vai para uma discussão travada de assentos, 25 são para os gays e os outros 25 são: 1 para *drag queen*, 1 para lésbica negra, 1 para lésbica do interior... Aí, o que acontece? Quando chega na hora de votar, como aconteceu na Conferência, quem vota com as mulheres? Ninguém... porque é

outro segmento que está ali em peso reunido como feminino. Na verdade o mundo dele é falocrático... Na verdade, ele se identifica com esse lado que cabe o masculino, o objeto de desejo dele é aquele... Nenhum segmento que se dizia feminino, na verdade não é, ele tem toda uma ideologia voltada para o falocrático (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

A fala de Neusa pode ser compreendida pelo que Benedetti (2005) chama na sua pesquisa etnográfica sobre travestis e transexuais de “feminino travesti”. Isso significa dizer que o feminino travesti não é o feminino das mulheres. O fato de se “sentir mulher” não abdica da presença primeira do masculino.

Na dinâmica política da consolidação da militância, o GALF que permaneceu atuante do período de 1981 a 1989 destacou-se em suas ações, através da primeira publicação lésbica no país, voltada especificamente para a abordagem da questão homossexual feminina dentro do Movimento Feminista, e da questão da mulher, dentro do Movimento homossexual. O jornal chamado **Chanacomchana** teve sua primeira edição em 1982 e a última em 1987, quando já estava na sua 12ª edição.

Em termos de militância local, um episódio histórico ocorreu em 1983 em um estabelecimento chamado Ferro's Bar. O local, situado na região central de São Paulo, abrigava a boemia de classe média que frequentava a Praça Roosevelt e o Largo do Arouche. O Ferro's Bar conservava-se como importante referência desse circuito, aparecendo também no entorno outros estabelecimentos frequentados por mulheres. Todo esse território era uma região de grande presença de homossexuais (Facchini, 2009, p. 73).

Na noite de 19 de agosto de 1983, as mulheres que frequentavam o local se rebelaram, à exemplo do ocorrido em 1969, em Nova Iorque, no Bar Stonewall Inn²⁰. O Bar era um dos alvos preferidos do delegado Richetti que, através da “operação-sapatão” passava pelos bares e levava as mulheres presas. De lá elas só saíam mediante ao pagamento de propina. A jornalista e integrante do GALF na época, Vanda Frias publicou um resumo do ocorrido:

Por volta das nove da noite, as militantes do grupo e mais alguns companheiros do Outra Coisa Ação Homossexualista, formado por homens, continuam a

²⁰ A **Rebelião de Stonewall** foi um conjunto de episódios de conflito violento entre gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e a polícia de Nova Iorque que se iniciaram com uma carga policial em 28 de Junho de 1969 e duraram vários dias. Tiveram lugar no bar Stonewall Inn e nas ruas envolventes e são largamente reconhecidos como o evento catalisador dos modernos movimentos em defesa dos direitos civis LGBT. **Stonewall** foi um marco por ter sido a primeira vez que um grande número do público LGBT se juntou para resistir aos maus tratos da polícia para com a sua comunidade, e é hoje considerado como o evento que deu origem aos movimentos de celebração do orgulho gay.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Rebeli%C3%A3o_de_Stonewall . Acesso em 22/03/2011.

distribuir na frente do famoso bar um panfleto denunciando as agressões que o GALF vinha sofrendo há meses, quando tentava vender seu boletim ChanacomChana dentro do Ferro's (...) O atarracado porteiro — sempre tão agressivo com as militantes do GALF — segura firme a porta fechada para garantir que nenhuma dessas “perigosas” mulheres invada tão imaculado recinto. À medida que se aproxima o histórico momento, a força estranha que já havia invadido o bar explode aos gritos de: “entra”, “entra”, “entra”. Numa das mesas, a vereadora Irede Cardoso (do PT) discursa aos berros sobre a luta pelas liberdades democráticas inclusive para as lésbicas. Chega a hora: entre os flashes dos fotógrafos, as militantes do GALF e outras pessoas que ainda estão pra fora forçam a porta do bar, que o porteiro, agora ajudado por outros defensores da “paz e da ordem”, segura como pode. O boné do porteiro é arrancado e jogado longe. Enquanto ele busca tão importante signo de seu poder, duas mulheres puxam-no para o lado oposto. Aproveitando-se desse inusitado embate, as lésbicas do GALF entram. Uma delas, Rosely, sobe imediatamente sobre uma cadeira e começa a denunciar as atitudes autoritárias do bar”.²¹

O Ferro's Bar, desde os inícios dos anos 1970, “era o local predileto das *sapatões da paulicéia desvairada*” (Mott, 1987, p.160), apontado como um dos pontos tradicionais de encontro das *ladies* de São Paulo.

As ameaças às lésbicas já eram práticas costumeiras por parte do porteiro, que as puxavam pelo braço e as colocava para fora, uma vez que tentassem vender a publicação do jornal. Numa dessas investidas, um dos donos do bar, seu segurança e o porteiro tentaram concretizar a expulsão através de agressões físicas. Alegando que elas faziam arruaça, o dono do bar buscou a intervenção policial, que por sua vez decidiu não tomar nenhuma atitude, alegando que os direitos eram para todos os brasileiros. Após o discurso proferido por Rosely, o dono do bar se viu obrigado a discutir suas atitudes. As militantes do GALF conseguiram que ele declarasse, diante delas, da imprensa e das demais pessoas, que o grupo poderia divulgar seu jornal dentro do bar, que era sustentado pelas lésbicas. Este episódio de mobilização lésbica é pouco conhecido, apesar de que ganhou as páginas no jornal **Folha de São Paulo** e de outras revistas da época. A data ficou conhecida como o Dia do Orgulho Lésbico, apesar de gerar discordância entre grupos de lésbicas e se tornar pouco difundido²².

Na década seguinte, os anos 1980, o cenário político nacional se viu frente a importantes transformações sociais, e a sociedade civil passou a reconhecer o

²¹ www.umoutroolhar.com.br/19_de_agosto_Brasil.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

²² No dia 19 de agosto comemora-se o Dia do Orgulho Lésbico em função da manifestação ocorrida no Ferro's Bar em São Paulo. O Dia Nacional da Visibilidade Lésbica é comemorado no dia 29 de agosto em função do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) em 1996 no Rio de Janeiro.

valor dos chamados “novos movimentos sociais”. No que tange o movimento homossexual, a metade dessa década é marcada pela deflação de diversos grupos, fato este que pode ser justificado pela epidemia da AIDS, que vai atingir em um primeiro momento, um grupo específico: homossexuais masculinos e profissionais do sexo.

Essas mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais trouxeram um forte apelo às questões identitárias. Enquanto alguns grupos gays se organizavam em organizações não governamentais (ONGs), ajustando seus discursos e ações ao contexto da epidemia da AIDS, “... as lésbicas realizavam vários esforços de afirmação identitárias nos grupos mistos, nas organizações feministas e no movimento negro” (Almeida, 2008, p. 226).

A história de militância de Ilnar traduz estes percursos:

Minha militância começa no movimento negro em 1973... No movimento negro estudantil, no Centro Afrosiático, na Faculdade Cândido Mendes em Ipanema. Eu fico no movimento em torno de duas décadas e mais cinco anos, quer dizer, 25 anos (...) Daí dou um intervalo e, em 2005, volto para a militância, mas dessa vez no movimento de lésbicas (Ilnar, 25/10/2010).

O feminismo trouxe novos temas para o conjunto de mulheres, tais como: o aborto; a sexualidade; a punição aos assassinos de mulheres; a violência doméstica, entre outros. Porém, esses temas entram na agenda política do movimento quando mulheres com identidades múltiplas passam a demandar questões mais específicas e evidenciar a dinâmica e a complexidade social que tecem as relações da desigualdade. Foram as mulheres negras, dentro desse movimento, que buscaram reivindicar e articular as questões de gênero, classe e raça.

O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. A construção deste sujeito - as mulheres negras - trouxe maior complexidade e exige o reconhecimento das profundas diferenças culturais nas práticas das mulheres (Soares, 1998, p. 45).

A entrada das mulheres negras no movimento feminista, e das negras lésbicas no movimento negro, tornou-se um campo de tensão no qual, se por um lado há um racismo implicado dentro dos grupos de mulheres, por outro, a questão da (homo)sexualidade dessa mulher negra a coloca numa situação de “desonra” à cor/raça.

O movimento negro construiu-se enquanto uma expressão de combate ao racismo e que também propunha mudanças sociais mais radicais no plano da igualdade de direitos. Entre as tais mudanças, contudo, não se incluía a erradicação da homofobia e do sexismo (Santos, 2006, p. 78).

Como lembra Oliveira (2007) “outra razão importante de assumir uma identidade negra, lésbica ou negra lésbica seria expressar a consciência de que se está envolvida em determinadas relações de poder que exigiriam um compromisso com a luta contra a opressão”. Nesta perspectiva Ilnar descreve:

Em relação ao movimento negro, ele é lesbofóbico, extremamente homofóbico. Essa experiência eu tenho também desde a época da minha integração no movimento negro. Ele é misógino... começa por ser misógino, por ser machista, por ser sexista... aí converge na homofobia e na lesbofobia. O movimento de mulheres negras também é lesbofóbico. Todo o movimento feminista em geral. Existe uma lesbofobia internalizada. Existem muitas lésbicas dentro do movimento de mulheres negras e elas não se aproximam, elas não se integram... muito pelo contrário, se afastam porque essa internalização significa o quê? O que é ser negra e lésbica? É lutar contra dois preconceitos, contra dois estigmas... (Ilnar, 25/10/2010).

Na década de 80, eles colocavam a gente tudo no mesmo saco. Eles diziam que a gente era xinxeira, maconheira... Eu nunca fumei um cigarro de maconha! [Risos] Era porque era lésbica! Aí era tudo de ruim... Mas a gente também tinha uma estratégia errada... A gente ficava assim: — Eu não, que isso!! A gente é boazinha... A gente só transa uma com a outra... Mas isso tudo era uma técnica de autodefesa. Mas, depois a gente disse: — Não, vamos dizer para esses caras que nós somos tudo isso... Nós somos mulheres, lésbicas, xinxieras, maconheiras, bêbadas, acadêmicas... Nós somos tudo isso... **É a sociedade como eles são!** E eles falavam, como falam até hoje. A gente só quer exigir respeito (Neusa de Xangô, 25/10/2010). [Grifos meus].

O depoimento de Neusa faz referência ao que Oliveira (2007) denomina “mal-estar” da homossexualidade. A autora diz que a homossexualidade causa um incômodo porque ela mostra as possibilidades de rompimento de normas socialmente definidas e a possibilidade de ultrapassar barreiras que refutam a idéia de ordem natural ou fixa. No caso do uso de um linguajar pejorativo, voltado às práticas lésbicas seria, talvez, uma forma de afirmar os espaços de poder, desenvolvendo mecanismos intencionais de “minimização do outro” (Oliveira, 2007, p. 397-8), generalizando e atribuindo assim, valores negativos às características do grupo. A mulher negra ao legitimar sua identidade, empoderando-se, questiona os discursos construídos em torno de um imaginário sobre ela.

Na década de 1990, o cenário lésbico dá um passo significativo, a partir da promoção e realização do Primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE).

Neste período, alguns grupos já atuavam como Ongs, como por exemplo, o próprio GALF, adotou o formato institucional e passou a ser conhecido como Rede de Informação Um Outro Olhar. O ativismo das mulheres lésbicas contribuiu para a constituição de fóruns, encontros e debates, através dos quais promoveu a visibilidade da questão lésbica, apontando pautas sobre a saúde da mulher lésbica e a especificidade no acompanhamento e no acesso aos serviços das redes públicas.

Baseado nessas demandas, o movimento de lésbicas se ocupou de organizar um evento que direcionava o olhar especificamente para elas, em busca de construir um espaço político e de fortalecimento para mulheres que se relacionavam com outras mulheres. Nos dias 29 de julho a 1 de agosto de 1996, aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) na cidade do Rio de Janeiro, organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) e pelo Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher. Durante quatro dias, cerca de 100 mulheres lésbicas se reuniram para discutir o tema “Saúde, Visibilidade e Organização”. Em função dessa data, foi instituído o “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”.

Na qualidade de uma das organizadoras deste evento, Neusa de Xangô pondera que:

Embora o movimento de lésbicas já tivesse 10, 15 anos (...) um encontro nacional nunca tinha acontecido e, muito menos, chamando para essa temática da visibilidade (Neusa de Xangô, 25/10/2010).

... por conta do Primeiro SENALE é criado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, que é a única data do movimento social no mundo que não foi criado por causa de desgraça. É o único espaço que realmente é nosso (Azaracá, 25/10/2010).

É impossível deixar de reconhecer a importância deste evento para a visibilidade e autonomia das mulheres lésbicas e do Movimento de Lésbicas Brasileiro: “as questões das lésbicas careciam de um espaço de lésbica, onde as lésbicas teriam a voz e a força para deliberar sobre suas necessidades” (Almeida, 2005, p. 69).

Atualmente os SENALEs já se encontram em sua sétima edição. Os três primeiros SENALEs aconteceram anualmente, o quarto e o quinto se deram com um intervalo de dois anos entre eles, e os dois últimos tiveram um distanciamento maior para suas respectivas realizações.

Embora sejam passados 30 anos desde que as mulheres lésbicas se emanciparam do movimento homossexual masculino em busca de uma luta justa por voz e espaço, entendo que o momento e as relações eram oportunas, suas agendas políticas vem avançando e descortinando as demandas e desafios por elas vividos.

2.4

A gente quer viver pleno direito: demandas e desafios

O Século XXI será das mulheres apenas se for também o século da democracia no político, social e econômico, no cultural, no privado e no íntimo. Só poderemos enfrentar os desafios colocados pelo novo milênio se contarmos com governos democráticos que cumpram seus compromissos políticos e jurídicos e com sociedades civis fortes, capazes de vigiar a gestão pública e formular propostas. Algo mais do que meras palavras... Queremos mecanismos, recursos e justiça de gênero no século XXI (**Declaração da Articulação de Mulheres da América Latina e Caribe**, Beijing, 1995).

O século XX testemunhou muitas mudanças histórico-sociais das relações humanas. Mulheres, crianças, homossexuais, negros, deficientes, idosos, entre tantos outros, constituem sujeitos coletivos que saíram da invisibilidade e marginalidade conquistando, assim, espaços próprios na sociedade, mesmo que ainda precários.

Respostas advindas da participação e mobilização social influenciaram organismos internacionais, nacionais e promulgação de leis que legitimaram a luta de negras e negros. Todavia, as questões referentes à orientação sexual ainda são objeto de resistência.

Vale ressaltar que, mesmo entre os desafios e o atrelamento em alguns aspectos, as convenções organizadas pelas Nações Unidas tiveram um papel fundamental para a construção dos direitos e um olhar específico para grupos discriminados socialmente. Neste sentido, no que diz respeito à mulher, a Convenção para Eliminação da Discriminação Racial (1965) abriu espaços para a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a

Mulher (1979) e, posteriormente, a Convenção de Durban (2001) contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Os anos de 1990 assistiram, no campo das reivindicações políticas em âmbito internacional, ao processo de construção da noção de "saúde sexual" e "direitos sexuais", idéias relacionadas, mas distintas, às de "saúde reprodutiva" e "direitos reprodutivos". É consenso a importância da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (1994), e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (1995), como marcos centrais para a consolidação de uma terminologia relacionada aos direitos sexuais (Dossiê de Saúde das Mulheres Lésbicas, 2006, p. 9).

Neste sentido, para as lésbicas, a década de 1990 permitiu colocar suas demandas no espaço público. Em decorrência da AIDS, a atenção ao corpo e a sexualidade foram motivos importantes para que essas mulheres reivindicassem o direito "a saúde ampliada". Entendemos com isso que, a vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) não estava vinculada apenas ao grupo de gays e mulheres heterossexuais.

A modificação no perfil da epidemia da AIDS, com aumento da incidência entre mulheres no início da década de 1990, contribuiu para instalar entre as ativistas a preocupação com a transmissão no sexo entre mulheres, posto que lésbicas nem sempre restringiam suas relações sexuais a mulheres exclusivamente lésbicas (Melo, 2010, p. 35).

Sendo agenda do movimento de lésbicas, a saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais vem ocupando debates nos SENALEs e outros eventos do segmento.

Em 2006, a Rede Feminista de Saúde lançou uma publicação pioneira no Brasil, com o foco na saúde das mulheres lésbicas. Em formato de Dossiê (2006), o documento apresenta necessidades e dificuldades que mulheres lésbicas apontam quando necessitam de um atendimento aos serviços de saúde ou atendimento especializado, tais como, cuidados ao câncer de mama e colo de útero.

Durante as entrevistas, todas as quatro entrevistadas apontaram com unanimidade a questão da saúde da mulher lésbica. Segundo elas, a chegada dessa mulher até os serviços de saúde se torna muitas vezes uma travessia de difícil alcance e de desmotivação. Essas duas variáveis apresentadas são decodificadas através: da representação do corpo, da falta de informação e sensibilidade do profissional no atendimento, da heteronormatividade

compulsória, do preconceito mediante a orientação sexual, dos mitos em relação às DSTs frente às mulheres lésbicas. O nível de escolaridade, social e racial também é um fator de resistência e motivador de uma “não busca” desses cuidados.

O Dossiê combina e apresenta dados relativos a quatro estudos anteriormente realizados: Coordenação Nacional de DSTs/AIDS, 2002; Coelho, 2001; Granado, 1998, e Pinto *et al.*, 2005. Este estudo mostrou que a proporção de mulheres que fazem sexo com mulheres que não acessaram serviços ginecológicos anualmente variou de 13% a 70%, das quais três a sete por cento nunca foram, ou não procuram estes serviços.

Entre as mulheres que acessaram os serviços de saúde, cerca da metade (40 a 60%) não revelou sua orientação sexual. Entre as que revelaram lesbianidade ou bissexualidade, mais da metade relatou reações de surpresa, negativas e/ou discriminatórias por parte do profissional. Estas pesquisas foram realizadas por: ONG Um Outro Olhar; Instituto Kaplan; IBOPE, e Serviço de Assistência Especializada, em São Paulo.

Dandalunda vem desenvolvendo um trabalho no campo da educação, com profissionais de saúde, cujo foco está na população LGBT: “Na saúde falta conscientização desses profissionais e não só na questão do ginecologista não, mas no todo dessa mulher, desse atendimento...” (Dandalunda, (09/09/2010).

Neusa problematiza os desafios no atendimento à lésbica, a heteronormatividade implicada na visão dos/as profissionais de saúde e nas práticas sexuais entre casais, o que independe da orientação sexual:

A gente continua morrendo, continua sofrendo iniquidades. A gente continua sofrendo nos hospitais: na área de saúde, porque muitas de nós... Que somos lésbicas... E aí, quando diz, também não adianta, porque os médicos também não sabem lidar com a gente. Por exemplo, se você chegar para um médico e disser para ele que você é heterossexual, mas que você e seu marido usam um brinquedinho sexual, ele não sabe orientar, nem você, nem seu marido, no uso do brinquedinho sexual... Ainda vai achar um absurdo você e seu marido usarem... E imagina para uma lésbica, né? Eles perguntam para a gente quando foi sua última menstruação, ou quando foi a sua última transa do mesmo jeito... Mas não pergunta como foi, com quem foi... Se foi com um homem, com dois ou três... se foi *swing*, se foi *suruba*.. É tudo papai e mamãe, entendeu? A medicina vê todo mundo de uma forma branca, heteronormativa (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

No contexto da heterossexualidade normativa em que vivemos, a prática pênis-vagina constitui um parâmetro para a conceituação de relação sexual. Perguntar sobre a primeira relação sexual neste contexto pode induzir uma resposta referida à primeira relação heterossexual. O momento da primeira

relação demarca o início da vida sexual. Por isso, é de fundamental importância que as perguntas permitam discriminar o início da vida sexual com pessoa do mesmo sexo e do sexo oposto (Dossiê de Saúde das Mulheres Lésbicas, 2006, p. 14).

As vulnerabilidades do “corpo lésbico”, a partir da epidemia da AIDS, e como esse fenômeno atuou no imaginário médico-ginecológico —social e pessoal— invisibilizou a saúde sexual da mulher lésbica, e ao mesmo tempo, expôs esse corpo a outras possíveis DSTs (Almeida, 2005). Ao pensarmos esse “corpo lésbico” que visibiliza e esconde inúmeras demandas e desafios para profissionais de diversas áreas revelam-se, ao mesmo tempo, outros impasses para aquisição de direitos básicos. É como se fossem exclusivamente heterossexuais as garantias de acesso e permanência aos direitos à saúde; à moradia; ao trabalho; à educação, e ao lazer, mas, como afirma a entrevistada

A moradia é uma demanda também... Porque nós vivemos num sistema heteronormativo e tem colegas que estão lutando pra conseguir uma casinha... Gente é lésbica, mas tem que ter onde morar! Tem direito, paga imposto, né? E não pontuam... Nunca conseguem pontuar... Então, todas as políticas públicas que as mulheres necessitam, as lésbicas têm as mesmas necessidades. E eu acho que o cuidado com a saúde das lésbicas também é essencial (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

Na mesma linha de raciocínio aparece a questão do trabalho, sendo apontada por Inar, quem questiona os lugares designados para lésbicas trabalharem: “Se voce faz um concurso público, voce vai ser nomeado não tem jeito, mas se você vai para uma empresa privada e percebem que voce é lésbica vão dificultar” (Inar, 25/10/2010). Apesar de não ser este o foco deste estudo, é importante destacar a pesquisa de Vanessa de Jesus (2009) “Orientação Sexual e Discriminação no trabalho: as experiências das mulheres lésbicas” que aborda a questão da discriminação de lésbicas no mercado de trabalho. Os homossexuais, muitas vezes, precisam permanecer “no armário”, como garantia da permanência no emprego ou na busca do mesmo.

Entendemos com isso que o ‘jogo da invisibilidade’ em alguns locais de trabalho envolve questões para além da homossexualidade. Haja vista que estamos tratando de interseccionalidade, o cruzamento de cor, gênero, classe, escolaridade, entre outros marcadores, serão determinantes para as possíveis ocupações de espaços e funções. Embora essa discriminação não seja explícita, aumentam as possibilidades de contratação quanto mais discreta seja a identidade homossexual. As vantagens ou desvantagens no mercado de

trabalho variam de acordo com uma série de fatores que se inter-relacionam de modo complexo.

Outras preocupações, aparentemente menos urgentes, se apresentam na fala das entrevistadas. Aqui estas são entendidas como demandas políticas que carecem ainda de momento para a sua colocação, mas nem por isso são menos relevantes. Dentre elas destaco o lazer e a segurança.

Sobre o tema lazer, podemos dizer que os espaços de homossocialização, na sua maior parte estão voltados para homossexuais masculinos, restando para as mulheres um único ambiente —as boates— como espaço de encontro e identificação. Neste contexto, destaco a sua intersecção com a velhice, o que implica solidão. A homossexualidade na terceira idade se encontra e uma situação de densa invisibilidade e intenso deslocamento, uma vez que as atividades e locais oferecidos para o lazer da população de idosos são, marcadamente, heterossexuais e preconceituosos, tornando-se um limitador para a participação de lésbicas.

Azaracá nos relata a experiência de uma amiga que, aos 45 anos de idade, branca, de classe média, bem empregada e com condições sociais estáveis vive um processo de solidão doloroso.

Ela não está infeliz, mas ela está só e isso tudo é um contexto e esse contexto justifica porque a lesbofobia existe. Se ela fosse heterossexual, mesmo se ela fosse idosa, ela ia para um baile da terceira idade... Mas **se a gente for para um baile da terceira idade, não vai ter mulher para a gente dançar...** a gente vai ter que ficar como? (Azaracá, 25/10/2010) [Grifos meus].

É interessante essa relação que Azaracá faz entre o lazer e a sexualidade. Sabemos que os bailes da terceira idade são frequentados, na sua maioria, por mulheres, sendo pouquíssimos homens que estão nesses espaços. Nessa ausência de parceiros do sexo masculino, as mulheres costumam dançar umas com as outras e nem por isso a orientação sexual é colocada como limite. Ao grifar o desabafo de Azaracá identifiquei o “mal-estar” possível que uma lésbica possa causar em um grupo desses, principalmente quando seu corpo sinalizar uma masculinidade. Em sentido semelhante, Ilnar afirma:

A gente precisa é de um espaço que se discuta questões mais subjetivas, as nossas questões de afetividade, as nossas questões emocionais, tanto ligadas à família, como a nós: os nossos sentimentos... Isso é que nos leva à solidão, isso que nos custa uma boa qualidade de vida (...) E com isso, eu dou muita ênfase na saúde mental, porque quem sofre esse grau de discriminação está na saúde mental. A saúde da idosa também, porque a menopausa numa mulher

heterossexual soa de uma forma e a menopausa numa mulher lésbica soa de outra forma (25/10/2010).

As experiências narradas pelas entrevistadas, a realidade mostrada no Dossiê (2006, p.20) e os trabalhos de pesquisa de uns(mas) poucos(as), porém valiosos(as) estudiosos(as) que vêm tratando destas questões, chamam a atenção para a necessidade de ações que vão para além do cuidado com a saúde física. Algumas pesquisas internacionais vêm mostrando elevados índices de obesidade, problemas psíquicos, uso abusivo de álcool e drogas ilícitas, entre outras questões de saúde. Todas estas dores claramente expressas, ou sutilmente sugeridas, levam a estas situação de adoecimento.

Os níveis elevados de sofrimento psíquico e de experiência de violência física na família, no trabalho e em lugares públicos têm sido apontados como proporcionalmente altos em vários estudos, quando comparados à população heterossexual.

No plano do "conforto mental", o preconceito disseminado socialmente poderia produzir agravos à saúde, na medida em que, tanto a manutenção da estratégia de ocultação social de suas práticas e desejos, quanto o constante enfrentamento social pela estratégia de "sair do armário", poderiam ser associados ao estresse e ao isolamento. O encobrimento de desejos e práticas privaria essas mulheres de suportes sociais importantes, como os de familiares, amigos ou mesmo religioso, especialmente em momentos de dificuldades relacionadas à vida afetiva, como em casos de separação, falecimento da companheira ou situações de abuso ou violência na relação afetivo-sexual.

Em situações nas quais outras mulheres heterossexuais comumente contariam como uma rede de proteção social, sendo frequentemente percebidas como vulneráveis a serem amparadas, para as lésbicas estas são descritas como tendo um efeito contrário, quando se trata de um relacionamento homoafetivo. As dificuldades trazidas pelo preconceito e seus efeitos estariam ligadas também a uma propensão ao abuso de substâncias lícitas e ilícitas. Problemas de ordem afetiva, devido a um "romantismo exacerbado", embora não possam como os demais serem generalizados para todas as lésbicas, são apontados como relacionados a um sentimento muito intenso de "vazio" e a distúrbios de imagem corporal, como a bulimia, a anorexia e a obesidade. Por fim, a violência simbólica, marcada pela desvalorização pública do patrimônio

afetivo e das práticas corporais dessas mulheres, também é apontada como um forte componente passível de afetar seu "conforto mental".²³

No que tange à segurança, não há coleta oficial de dados sobre violência em relação à mulher lésbica. O Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT determinam algumas metas e estratégias em torno dessa questão, com relevância para a educação e orientação de agentes que prezam pela segurança da população. No entanto, essa proteção ainda não ocorre devidamente. Recentemente, os jornais e televisão publicaram a violência praticada por policiais com jovens gays após a Parada do Rio de Janeiro.²⁴

Os chamados "coiós"²⁵ demonstram a vulnerabilidade dessa população e no caso das lésbicas, agregam dois componentes: gênero e sexualidade.

As reivindicações das mulheres lésbicas por viverem plenos direitos relaciona-se a aspectos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal Brasileira. Tais pontos aqui colocados não encerram as emergências do universo lésbico. Os desafios correspondem ao enfrentamento do preconceito, da invisibilidade, da incoerência no âmbito jurídico, social, político e na equação complexa que envolve o gênero, a raça e a orientação sexual.

²³ Informações extraídas do Dossiê de Saúde de Mulheres Lésbicas, 2006.

²⁴ Em 14 de novembro de 2010, após a Parada do Orgulho LGBT em Copacabana, um grupo de homossexuais foi hostilizado por militares, o que culminou em um tiro em um jovem de 19 anos. <http://www.ib.com.br/rio/noticias>. Acesso em 15.11.2010

²⁵ Gíria utilizada no circuito homossexual para designar a ação sofrida por homossexuais como expressão de preconceito, especificamente ligado à agressão física.